

A educação na Itália fascista (1922-1945)

José Silvério Baia Horta*

Resumo:

Este artigo analisa a educação na Itália no período 1922-1945, identificando os mecanismos postos em prática pelo regime fascista para colocar a escola a seu serviço. Partindo da Reforma Gentile, estuda o processo de fascistização da escola em seus diferentes níveis. Esse processo, que se inicia com a fascistização das associações de professores, acentua-se a partir de 1935, com a militarização da escola e a implantação das leis racistas no sistema de ensino, em 1938. Alcança seu auge com a Carta da Escola, em 1939. Toda essa estrutura começa a ser desmontada em 1943, com a queda de Mussolini.

Palavras-chave:

educação fascista; história da educação: Itália; totalitarismo e educação.

* Doctorat d'Etat es Lettres et Sciences Humaines – Université Paris V – René Descartes, 1985. Pesquisador visitante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/ Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Education in Fascist Italy (1922-1945)

José Silvério Baia Horta

Abstract:

This article analyzes education in Italy in the period of 1922-1945, identifying the mechanisms put into practice, by the fascist regime, so that schools would serve its interests. Beginning with the Gentile Reform, it examines the process of schools' fascist indoctrination in its different levels. This process begins with the Teachers' Associations in 1935, and increases with the schools' militarization. In 1938, racist laws were introduced in the teaching system. It reaches its climax with the School Letter in 1939. All this structure began to collapse in 1943 with Mussolini's fall.

Keywords:

fascist education; history of education: Italy; totalitarianism and education

Introdução

Este artigo, situado no campo da história política da educação, procura oferecer, por meio de um estudo de caso, elementos para uma discussão das relações entre educação e política.

Analisa a educação na Itália no período 1922-1945, identificando os mecanismos postos em prática pelo regime fascista para colocar a escola a seu serviço. Partindo da Reforma Gentile, estuda o processo de fascistização da escola em seus diferentes níveis. Esse processo, que se inicia com a fascistização das associações de professores, acentua-se a partir de 1935, com a militarização da escola e a implantação das leis racistas no sistema de ensino, em 1938, e alcança seu auge com a identificação entre escola e partido na *Carta della Scuola*, em 1939.

Trata-se de uma pesquisa documentária que utiliza, como fontes primárias, publicações oficiais, especialmente os anais e boletins do Ministério da Educação – nos quais foi realizada ampla pesquisa da legislação e das decisões normativas relacionadas com o sistema de ensino –, além de livros e periódicos da época, pesquisados, em sua quase totalidade, nos Centros de Documentação da Università Cattolica del Sacro Cuore, de Milão. Todas essas fontes estão referenciadas na bibliografia.

Com relação aos periódicos publicados na Itália durante o fascismo, cabe aqui a observação de Bobbio (1973), segundo o qual a *Crítica*, dirigida por Croce, é a única revista da época que merece ser chamada de antifascista. De acordo com Bobbio, além dos periódicos claramente fascistas, podemos identificar alguns periódicos independentes, outros que inicialmente aderiram ao regime, mas que foram pouco a pouco se afastando dele, além daqueles que, ao contrário, passaram da oposição ou indiferença ao regime à sua aceitação.

No caso dos periódicos utilizados como fonte na pesquisa que deu origem a este artigo, destaca-se, entre os independentes, *L'Educazione nazionale: organo di studio dell'educazione nuova*, fundado e dirigido por Lombardo-Radice, publicado entre 1919 e 1933. Entre aqueles que, tendo inicialmente aderido ao regime, foram pouco a pouco se afastando dele, incluímos *La nuova scuola italiana*, fundado e dirigido por Ernes-

to Codignola, publicado de 1923 a 1938, e *Levana*, também dirigido por Codignola, publicado de 1922 a 1928 e continuado, com o nome de *Civiltà moderna*, até 1943. Nascidos com a influência de Gentile, afastam-se dele cada vez mais, após a dispersão e o enfraquecimento da escola gentiliana. Fascista da primeira hora, Codignola teve papel atuante na fundação da *Corporazione della Scuola*, associação de professores criada pelos fascistas em 1923. Após a assinatura da *Concordata*, em 1929, Codignola afasta-se do fascismo e aproxima-se de uma posição socialista. Data desse momento a transformação da revista *Levana* em *Civiltà moderna*. Mais tarde Codignola adere ao *Partito d'Azione*, organização antifascista criada em 1942. Entre aqueles periódicos que passaram da oposição ou indiferença ao regime à sua aceitação podemos citar a *Rivista Pedagogica*, publicação da *Associazione Nazionale per gli Studi Pedagogici* (ANSP). Fundado em 1908, esse periódico sobreviveu à dissolução da ANSP, em 1923, sendo publicado até 1939. No início do período fascista, sua luta contra a Reforma Gentile deu-lhe uma aparência de periódico de oposição. Mais tarde, com o afastamento de seus antigos colaboradores e com a caminhada progressiva de seus colaboradores mais jovens em direção ao fascismo, a *Rivista Pedagogica* tornou-se cada vez mais próxima do regime, mesmo sem se ter tornado um periódico de propaganda fascista.

Finalmente, podemos incluir, entre os periódicos claramente fascistas, *Gerarchia*, revista oficial do Partido Nacional Fascista (PNF), dirigida por Mussolini, “cada vez mais cinzenta, mais pobre, mais esvaziada de qualquer sinal de inteligência” (Bobbio, 1973, p. 235); *Crítica fascista*, publicado ininterruptamente de 1923 a 1943, sob a direção de Bottai; *L'Educazione política*, criado em 1925, sob a direção de Gentile, que se torna, em 1926, órgão oficial do Istituto Nazionale Fascista de Cultura, sucessivamente rebatizado com os nomes de *Educazione fascista*, em 1927, e *Civiltà fascista*, em 1934; *Giuventù fascista*, órgão das organizações da juventude dos PNF, criado em 1931, transformado em *Libro e moschetto*, em 1939, e em *Passo romano*, ainda no mesmo ano, e finalmente, *Primato educativo*, publicado de 1934 a 1939, sob a direção de Nazareno Padellaro. Para todos esses pode ser aplicada a observação de Bobbio (1973, p. 235):

Quem lê hoje uma revista fascista, do primeiro ao último ano [...] fica impressionado pela monotonia mortífera dos argumentos, pela estreiteza de horizontes culturais, pela falta total de análise concreta de situações reais: um horrível espelho para os intelectuais que enxergam refletida nesse exercício de palavras que falam a si mesmas sua própria função de fabricantes de cortinas de fumaça. Com o agravamento que de ano em ano o tom se faz sempre mais exaltado, a retórica sempre mais tediosa, as idéias cada vez mais aberrantes [p. 235].

1. O ponto de partida: idealismo gentiliano e fascismo

Ao assumir o poder, na Itália, em outubro de 1922, o fascismo não trazia um projeto educacional bem definido. O programa do PNF, aprovado em Florença, em dezembro de 1921 (apud Bellucci & Ciliberto, 1978, p. 199), definia os objetivos da escola de forma bastante vaga, declarando:

A escola deve ter por objetivo formar pessoas capazes de garantir o progresso econômico e histórico da nação; elevar o nível moral e cultural da massa e promover os melhores elementos de todas as classes para garantir a renovação contínua das camadas dirigentes.

Ao Estado caberia um controle rígido sobre os programas, a escolha e a ação dos professores da escola elementar, de modo que esta preparasse “também física e moralmente os futuros soldados da Itália”. Quanto às escolas médias e universitárias livres, a ação do Estado deveria limitar-se ao controle sobre os programas e sobre o “espírito do ensino” e à promoção da instrução pré-militar, destinada a facilitar a formação de oficiais. Com relação à formação profissional, para que esta cumprisse a sua finalidade de “elevar a capacidade produtiva da nação e criar a classe média de técnicos entre os executores e os dirigentes da produção”, o Estado deveria “integrar e coordenar a iniciativa privada, substituindo-a

onde ela faltasse”. Além disso, o Estado deveria promover a unificação de todas as bolsas de estudo e demais benefícios escolares, criando e controlando um instituto para “selecionar, ao final do ensino elementar, os alunos mais inteligentes e dispostos e assegurar-lhes a instrução superior” (idem, pp. 199-200).

Trata-se de um programa que incorpora as posições liberais conservadoras e os traços nacionalistas defendidos pelos educadores idealistas, reunidos em torno de Gentile, bem como algumas teses do programa escolar do Partido Popular¹, principalmente as relacionadas com a liberdade de ensino.

Mais tarde, no Congresso de Nápoles, às vésperas da Marcha sobre Roma, o Partido Fascista adotará uma ordem do dia na qual se oporá firmemente ao projeto de lei sobre o exame de Estado, apresentado pelos *popolari* e defendido pelos idealistas². Entretanto, como afirma Ostenc (1973, p. 386):

Esta declaração não era talvez senão uma conseqüência do papel que o fascismo atribuía ao Estado, concebido como imanente na vida pública. Mas ela só teria tido efeito se os fascistas tivessem sido capazes de elaborar um programa escolar que lhes fosse próprio. Isso não foi o caso e Mussolini disso tinha consciência. É por isso que no seio do “Fascio” da Educação nacional, parece ter encorajado a colaboração entre fascistas e idealistas, Codignola desempenhando o papel de intermediário.

-
1. Trata-se de partido político fundado por Don Sturzo, em 1919, buscando aglutinar os católicos italianos em torno de uma proposta democrata cristã. O Partido Popular Italiano teve vida curta, tendo se dissolvido em outubro de 1924. Sobre o Partido Popular, ver Milza e Bernstein (1980, pp. 158-172).
 2. “O Conselho Nacional do Partido Fascista, afirmando que a escola se situa fora e acima de todo partido e considerando primeiro e principal dever do Estado a formação da consciência nacional, o que implica que este deve revigorar e valorizar sua escola, pede uma política escolar que responda às exigências da vida moderna e convida o Grupo Parlamentar a combater o projeto de lei sobre o Exame de Estado que, na forma em que está redigido, visa sufocar a antiga e gloriosa escola do Estado em proveito da escola confessional” (apud Jovine, 1980, p. 259).

Essa aproximação entre idealistas e fascistas pode ser explicada apenas em parte por razões táticas. Estas existiam, tanto da parte de Mussolini, que desejava garantir o apoio de intelectuais bem conhecidos e abrir assim uma brecha no mundo da cultura oficial, como da parte dos idealistas, que viam nessa aproximação a possibilidade de colocar em prática o seu projeto pedagógico. Entretanto, existiam razões mais profundas. Mussolini via no princípio do Estado ético de Gentile um caminho para o Estado totalitário; os idealistas, que “identificavam os valores universais com a Nação e o Estado”, consideravam “a restauração da autoridade estatal realizada pelo fascismo como um meio de libertação humana” (Borghi, 1974, p. 236).

Borghi mostra até que ponto a dualidade do pensamento idealista – que, por um lado, acentuava a autoridade e, por outro, a liberdade e a espontaneidade – era apenas aparente:

É preciso lembrar que a imanência dos valores no homem – que os idealistas afirmavam – não significava sua imanência no indivíduo. O Espírito é, em si, um princípio universal que exclui toda particularidade e, conseqüentemente, a espontaneidade espiritual à qual eles se referem, já é, em si, uma qualidade que não pertence ao indivíduo como tal. Para eles, liberdade e espontaneidade não se referem a seu sujeito verdadeiro e se dissolvem em seu oposto. Assim, a dualidade de motivos constatada é aparente e não real e a própria instância da liberdade se reveste, no idealismo, de uma dimensão autoritária. Isto explica como os idealistas puderam dar o nome de liberdade ao conceito de dissolução do indivíduo no universal (encarnada nas instituições e no Estado) e contribuir assim para reforçar essa singular confusão mental que levou numerosos italianos a aceitar o fascismo como um movimento de libertação [Borghi, 1974, p. 237].

A colaboração entre idealistas e fascistas, iniciada com a transformação do *Fascio di Educazione Nazionale* em *Gruppo di Competenza per la Scuola*, no seio do Partido Fascista, antes da Marcha sobre Roma, concretizou-se com nomeação de Gentile para o Ministério da Instrução Pública, no primeiro Governo Mussolini, em outubro de 1922. Os his-

toridores acentuam o oportunismo e a habilidade política de Mussolini pela escolha de Gentile como ministro:

A decisão de Mussolini de oferecer o *Ministero della Pubblica Istruzione* ao filósofo siciliano revelou-se particularmente hábil. Graças à inclusão, no novo Governo, do independente Gentile, que constituía, talvez, um dos pontos de referência mais prestigiosos da cultura italiana e que havia sido a única pessoa capaz de figurar no mesmo nível de Croce no último governo Giolitti, o fascismo garantia o apoio dos idealistas e do partido da escola, que o próprio Gentile havia, anteriormente, tomado de Salvemini [Ricuperati, 1977, p. 87].

Mas o mesmo Recuperati sublinha, também, o oportunismo dos idealistas:

Era uma relação equívoca e, de certa forma, condenada ao fracasso, mas que encontrava sua justificativa exatamente nessa persistente imagem da neutralidade da escola, que acreditava ser possível fazer uma boa reforma mesmo em um regime duvidoso, desde que se possuísse idéias claras [Ricuperati, 1973, p. 1.712].

Os idealistas sentiram-se confortados por essa nomeação. Como afirma Jovine (1980, p. 254):

a pessoa do filósofo parecia uma garantia para todo o programa de governo. Era difícil perder a fé na reforma tão demoradamente meditada apenas porque realizada por um governo instaurado pela violência; era mais fácil pensar que a forte personalidade de Gentile conseguiria levar a termo a transformação escolar que se apresentava como urgente, guardando fidelidade às premissas do idealismo.

Dessa forma, apesar de algumas dissensões ocorridas no *Fascio de Educazione Nazionale*, no momento de sua transformação em *Gruppo di Competenza*³, o ministro consegue obter a colaboração de vários de

3. Entre essas dissensões podemos citar as de Piero Gobetti e Augusto Monti. Os dois formularam, no jornal *Rivoluzione Liberale*, severas críticas às posições assumidas

seus discípulos, entre os quais Lombardo-Radice, que aceita o convite do filósofo e torna-se diretor-geral da Instrução Primária⁴. Lombardo-Radice será o responsável pela reforma do ensino primário, realizada em 1923, no início do governo de Mussolini⁵.

O caso de Lombardo-Radice é típico. Em novembro de 1922, em carta escrita à Codignola, em nome dos colaboradores da revista *Educa-*

por Gentile, até o fechamento desse jornal, em 1925. Esses intelectuais não aceitaram colaborar com os fascistas e aprovar o programa do *Gruppo de Competenza*, que afirmava, em seus “Princípios Gerais”: “Nosso sistema de educação pública deve visar, antes de tudo, revigorar o caráter moral dos jovens e sua força física. Para esse fim supremo devem se dirigir todos os esforços do fascismo, o que significa promover por todos os meios o espírito de iniciativa, o sentido da responsabilidade individual, o respeito e o culto dos mais altos valores de nossa tradição nacional e religiosa. O fascismo concebe o Estado como expressão suprema da vontade coletiva, atribuindo-lhe, assim, uma função essencialmente ética, cuja primeira realização deve ser a promoção da educação nacional, para subtraí-la dos partidos e das seitas” (apud Jovine, 1980, p. 262).

4. Giuseppe Lombardo-Radice nasceu na Sicília, em 1879. Começou a lecionar em 1903, após seus estudos na Escola Normal Superior de Pisa, onde foi contemporâneo de Gentile. Tendo inicialmente lecionado letras nos liceus de Aderno, Arpino e Nápoles, tornou-se depois professor de moral e pedagogia nas Escolas Normais de Foggia, Palermo, Messina e Catânia. Em 1915, torna-se professor titular de pedagogia na Universidade de Catânia. Conforme Goy (1926, p. 52), “é grande a sua participação na campanha que conduz o idealismo ao poder. Em 1907, ele funda a revista *I Nuovi Doveri*, que cede lugar, em 1912, à *Rivista di Pedagogia e di Política Scolastica*. [...] Após o armistício, ele retoma o combate de idéias, fundando, em 1919, a elegante e viva revista *Educazione Nazionale*”. Ainda em 1919, Lombardo-Radice funda, juntamente com Codignola, o *Fascio di Educazione Nazionale* (que, apesar do nome, não tinha nada a ver com o movimento fascista). Em janeiro de 1920, Lombardo-Radice lança, no *Fascio di Educazione Nazionale*, um apelo aos educadores: ele os convida a trabalhar pela regeneração das consciências, pedindo-lhes que abandonem as antigas associações profissionais que, movidas por preocupações exclusivamente econômicas, “se mostram incapazes de defender os supremos interesses coletivos” (apud Jovine, 1980, p. 221).
5. Será principalmente com base nessa reforma que Adolphe Ferrière, diretor-adjunto do *Bureau International d'Éducation* e vice-presidente da *Ligue Internationale pour l'Éducation Nouvelle*, incluirá Lombardo-Radice entre os três pioneiros da educação nova na Europa (Ferrière, 1928, p. 105 ss.). A reforma realizada por Lombardo-Radice será muito elogiada por Ferrière, que a considerará um exemplo e um modelo para o mundo inteiro (Ferrière, 1927, pp. 21-22). Sobre essa reforma, ver Horta (2006).

zione Nazionale, depois de saudar a nomeação de Gentile, “hoje ministro devido ao simpático respeito de Mussolini ao alto valor que ele representa na Itália”, Lombardo-Radice afirmava categórico: “Nós, da revista *Educazione Nazionale*, que somos uma parte do *Fascio de Educazione Nazionale*, não somos fascistas... somos italianos que queremos trabalhar na escola em favor da pátria, fora e, se necessário, contra os partidos”⁶.

Ainda em novembro de 1922, em artigo publicado em *Educazione Nazionale* (apud Jovine, 1980, p. 254), Lombardo-Radice, comentando a nomeação de Gentile, escrevia:

Gentile retoma e continua a tradição recente, mas fortemente enraizada, iniciada poderosamente por Croce e mantida por Anile: a tradição dos *Gruppi di Azione per la Scuola* que se reuniram no *Fascio di Educazione Nazionale*, em 1919. Ele próprio é o fundador moral desta organização, com o seu livro: *Il Problema del Dopoguerra*. A contribuição que esperamos dele não é técnica, mas política: nós observamos o Ministro Gentile que participa do Supremo Conselho político da nação, em um Ministério criado por caminhos totalmente novos e que abrirá precedentes graves se não tiver, imediatamente, a força de dominar os acontecimentos e reconduzir a Itália à liberdade constitucional.

E Lombardo-Radice sente-se no direito de dizer a Gentile o que espera dele, enquanto ministro:

A Gentile, nós dizemos: nós desejamos que os jovens dependam de ti, Ministro da Educação, pois eles são agora teus. Faça que os jovens voltem para a única ocupação que lhes diz respeito: a escola. Nós sabemos que Gentile não teria entrado no Ministério sem antes ter tido a certeza que os jovens se consagrariam, de agora em diante à sua formação intelectual e moral na escola, que ele chama de oficina sagrada do espírito [idem, p. 255].

Assim, mesmo consciente dos perigos que a onda fascista representa para a Itália, Lombardo-Radice confia em Gentile e aceita o cargo que ele

6. A carta de Lombardo-Radice a Codignola, datada de 21 de novembro de 1922, encontra-se transcrita na íntegra em Bellucci e Ciliberto (1978, pp. 195-198).

lhe oferece⁷. Suas intenções, ao aceitá-lo, transparecem na carta que ele escreve à sua mulher, em dezembro de 1922 (apud Ostenc, 1973, p. 387):

Giovanni Gentile oferece-me a transferência definitiva para Roma, no posto de diretor geral da Instrução Primária e Popular. Essa função não me assusta: considero-a como a coroação digna de toda a minha vida. Eu saberei como desempenhá-la. Há um campo admiravelmente fecundo para desbravar. Há uma escola para criar, na Itália, começando das bases. Espero uma palavra tua. Pensa que eu não realizarei nenhuma outra tarefa a não ser a minha, que é uma função didática, não política.

Dessa maneira, segundo Jovine (1980, p. 256), as reformas centralizadoras e autoritárias introduzidas por Gentile no setor da administração da educação, as medidas tomadas contra as associações de professores e as circulares restritivas à liberdade de crítica enviadas por Gentile aos *provveditori*⁸ “apareciam como pequena sombra diante do esforço de

7. Não foi apenas Lombardo-Radice que depositou confiança em Gentile. Ferrière, mesmo depois do afastamento de Lombardo-Radice e da demissão de Gentile, refere-se a esse último como “o filósofo moderno que um *conjunto providencial de circunstâncias* havia colocado no cargo de Ministro da Instrução Pública na Itália” (Ferrière, 1928, p. 105, grifo nosso).

8. Os *provveditori* eram os representantes do Ministério da Educação nas províncias. As circulares de Gentile tinham relação direta com as críticas formuladas pela *Unione Magistrale* ao projeto de aposentadoria compulsória de um grande número de professores idosos, sem o correspondente aumento das pensões (*Régio Decreto* de 11 de março de 1923). A reação de Gentile a essas críticas, publicadas em algumas revistas de associações de professores, foi imediata. Em 23 de abril de 1923, o ministro envia uma circular aos *provveditori*, pela qual esperava impedir toda discussão ou crítica. Dirigida contra “uma certa imprensa de classe, que deseja transformar toda organização de professores em instrumento de luta contra os plenos poderes”, e contra “velhos demagogos, agitadores do corpo de professores, que se apresentam ao Ministério debaixo do aspecto mentiroso de devotados colaboradores”, a circular conclui: “Os senhores *provveditori agli studi* são informados da interdição que eu imponho a meus funcionários de receber os representantes de classe acima mencionados, que não se mostraram dignos de falar em nome dos professores italianos” (*Circolare* n. 35, de 23 de abril de 1923. *Bolletino Ufficiale Del Ministero della Istruzione Pubblica*, n. 10, 1923, pp. 1482-1483). Essa circular

reconstrução da escola que o fascismo permitia aos expoentes do idealismo, no período de plenos poderes concedidos à Mussolini”⁹.

Entretanto, com a crise que se seguiu ao assassinato de Matteoti¹⁰, essa pequena sombra transformou-se em nuvem ameaçadora. Lombardo-Radice demitiu-se do cargo e cortou toda ligação com o fascismo. Ele explicará essa decisão em artigo publicado pouco depois, em setembro de 1924, na revista *Educazione Nazionale*:

Não somos ligados a nenhum partido; o nosso partido é a escola. Por este partido ideal, superior aos partidos, o autor dessas linhas chegou a renunciar à sua escola para transformar-se, durante um ano e meio, em um burocrata e cuidar da execução da reforma da instrução elementar. Contra todas as suas tormentosas dúvidas de caráter político, ele estava dominado pela esperança de que a Itália pudesse progredir; a presença de Giovanni Gentile era uma garantia contra a ilegalidade sem controle [...] Gentile fascista era apesar de tudo Gentile educador. Eu que, politicamente, não aderira ao fascismo, que ele ao contrário aceitava, poderia, mesmo depois de sua inscrição no Partido, ficar ao lado dele [...] Fiquei no ministério enquanto acreditei poder esperar que os dirigentes do fascismo pudessem melhorar moralmente a vida italiana e não somente a escola. Quando esta esperança se dissipou... [apud Goy, 1926, p. 51].

foi acompanhada de medidas concretas tomadas contra a *Unione Magistrale*. Na verdade, o caráter autoritário de Gentile havia se revelado antes, por meio de circular enviada aos funcionários, que continha a seguinte ameaça: “Todo ato capaz de perturbar o funcionamento normal das instituições de ensino e de insinuar nos espíritos a desconfiança e a indisciplina em relação à autoridade do Estado será severamente punido. Os chefes de setor serão considerados responsáveis por toda infração às presentes disposições” (*Circolare* de 25 de novembro de 1922. *Bolletino Ufficiale Del Ministero della Istruzione Pubblica*, 30 de novembro de 1922, p. 2153).

9. No final de novembro de 1922, as duas câmaras atribuem, por um ano, plenos poderes a Mussolini, que se torna assim “o ditador legal da Itália” (Milza & Berstein, 1980, p. 127). Concebida pelos parlamentares como um instrumento que possibilitasse ao chefe de governo proceder a uma “normalização” do país, a lei de plenos poderes, promulgada em 3 de dezembro de 1922, será utilizada por Mussolini “para estabelecer os mecanismos que permitirão aos fascistas e a ele próprio manter-se à frente do Estado” (idem, p. 127).
10. Deputado do Partido Socialista Unitário, seqüestrado e assassinado por membros da Milícia Fascista, em junho de 1924.

Assim, acreditando que “permanecer em um posto de direção na administração do Estado fascista após o assassinato de Matteoti significaria para ele viver na mentira” (Borghini, 1974, p. 244), Lombardo-Radice renunciou ao cargo e retomou a direção de *Educazione Nazionale*, de onde continuou, dentro dos estreitos limites que lhe foram impostos pelo fascismo, a defender a sua reforma dos ataques de que ela começou a ser alvo, da parte dos fascistas, após a demissão de Gentile, em junho de 1924.

À demissão de Gentile, conseqüência da forte oposição que ele encontra no seio do Partido Fascista, e que se realiza no bojo da crise gerada pelo assassinato de Matteoti, segue-se uma série de retoques à sua reforma, inicialmente para atender às exigências dos meios liberais tradicionais e, depois, para abrir caminho ao processo de fascistização da escola, que se seguiu ao endurecimento do regime, em janeiro de 1925. Tal processo, que foi acompanhado da fascistização das associações de professores, conduziu à “*bonifica fascista*” da escola, em 1935, e às leis racistas de 1938 e culminou com a *Carta della Scuola*, em 1939. Concomitantemente, realizou-se um amplo movimento de fascistização da juventude, que se iniciou com a criação da *Opera Nazionale Balilla*, em 1926, e se completou com a transformação desta em *Gioventù Italiana del Littorio*, em 1937¹¹. A fascistização da escola e da juventude foi acompanhada de tentativas mais ou menos bem-sucedidas de fascistização da cultura, que se inicia com a publicação do “manifesto dos intelectuais fascistas”, em 1925, e culmina na criação do *Istituto Nazionale di Cultura Fascista*, em 1937¹².

2. A política de retoques

As reações à Reforma Gentile começam no momento mesmo de sua aplicação. Alvo das severas críticas da oposição, Gentile deve enfrentar

11. Sobre a mobilização da juventude na Itália fascista, ver Horta (2004).

12. Sobre as relações entre fascismo e cultura, ver Bobbio (1973).

uma resistência crescente no seio mesmo do fascismo. A pequena burguesia, próxima do fascismo, inquieta-se com o caráter seletivo da escola gentiliana; os nacionalistas, que consideram a escola “a arma mais eficaz do Estado italiano para a manutenção e garantia de unidade espiritual da Nação” (Ostenc, 1980, p. 131), denunciam a redução drástica das escolas públicas, sobretudo de nível elementar; outros, enfim, consideram a “liberdade escolar” dos idealistas como incompatível com a concepção fascista do Estado. Enfim, como afirma Borghi (1974, p. 251), as famílias italianas rejeitam categoricamente a escola complementar, recusando-se a nela matricular os seus filhos¹³.

Em um primeiro momento, Gentile consegue resistir, graças ao apoio dos católicos e à intervenção direta de Mussolini a seu favor. Em dezembro de 1923, por ocasião da agitação causada nas universidades em razão da aplicação da Reforma do Ensino Superior, Mussolini ordena aos prefeitos reprimir toda agitação estudantil, enviando-lhes um telegrama no qual afirma: “Considero a Reforma Gentile como a mais fascista das reformas aprovadas pelo meu Governo” (apud Ambrosili, 1980, p. 135). Poucos dias depois, falando aos universitários fascistas, o chefe do governo dirá:

De todas as reformas que votamos, a Reforma Gentile é a única verdadeiramente revolucionária [...]. Durante cinquenta anos se falou na necessidade

13. A escola complementar, criada por Gentile no bojo da Reforma do Ensino Médio, em substituição à antiga escola técnica, tinha, segundo o ministro, a função de “preparar os alunos para empregos menores e para a direção de pequenos negócios” (Circolare de 11 de dezembro de 1923, n. 117. *Bolletino Ufficiale Del Ministero della Istruzione Pubblica*, n. 59, 31 de Dezembro de 1923, p. 5290). Segundo o decreto que estabeleceu os programas para o novo ensino médio, do aluno da escola complementar se espera que conheça “o seu valor e o seu lugar” na sociedade da qual faz parte, e se prepare “para a vida modesta mas nem por isto isenta de pesados e difíceis deveres, que ele deverá viver como pessoa e como cidadão”. Em suma, enquanto na instrução clássica o conhecimento deve ser buscado “em seu grau mais elevado”, na escola complementar ele deverá ser dado “na medida em que é necessário para ser bom cidadão” (Régio Decreto de 14 de outubro de 1923, n. 2.345. *Bolletino Ufficiale Del Ministero della Istruzione Pubblica*, n. 50, de 17 de novembro de 1923, p. 4413).

de uma renovação da escola, que foi criticada de todas as formas; em mil tons se gritou que era necessário dar seriedade à escola, torná-la formadora do caráter e do homem. O Governo fascista necessita da classe dirigente. Pela experiência destes 14 meses de governo pude descobrir que a classe dirigente fascista não existe. Não posso improvisar funcionários para toda a administração do Estado: eles devem vir, pouco a pouco, das Universidades [...]. É portanto necessário que os estudantes estudem a sério se se quer criar uma Itália nova. Eis as razões profundas da Reforma Gentile: daquele que eu considero o maior ato revolucionário ousado pelo Governo fascista nestes meses de poder¹⁴.

Uma análise das circunstâncias em que essas palavras foram pronunciadas permite determinar bem o seu verdadeiro alcance. Mussolini refere-se aqui especificamente à Reforma do Ensino Superior. As disposições da reforma haviam sido mal acolhidas pelos estudantes, que se inquietavam com o rigor que esta introduzia e com a exigência do Exame de Estado para o exercício profissional. Essa insatisfação foi a causa de greves e manifestações em algumas universidades. Ora, como afirma Ambrosili (1980, p. 135), “Mussolini julgava deplorável as agitações estudantis e admirava-se que elas tivessem sobrevivido à guerra e à ‘revolução fascista’, pois eram expressão de um costume que deveria ser considerado superado para sempre”. Aos estudantes fascistas, Mussolini procura acalmar fazendo apelo ao seu espírito fascista e acenando-lhes com a perspectiva de ocuparem futuramente funções dirigentes na administração do Estado. Aos outros, contra os quais ele não hesitou em empregar a força, ele prometia ser intransigente. No citado discurso de dezembro de 1923, Mussolini afirma:

O caráter desta agitação revela-se pela imprensa francesa e italiana que a apóia: mesmo na hipótese de que os estudantes tivessem todas as razões possíveis, enquanto eles estiverem nas praças e forem apoiados pela imprensa

14. O discurso de Mussolini encontra-se transcrito na íntegra em *La Nuova Scuola Italiana*, ano I, n. 13, p. 161, 23 dez. 1923.

da oposição, eles não obterão a mínima satisfação. [...] Daqui a alguns meses, quando esta agitação transformar-se em uma simples e infeliz recordação, poder-se-á examinar se alguns aspectos secundários da reforma são mais ou menos adequados às necessidades.

Como se pode ver, mesmo afirmando ser de uma “intransigência absoluta” no que se refere à manutenção da “substância” da Reforma Gentile, Mussolini admite que ela possa sofrer modificações. Essas modificações começaram logo após a demissão de Gentile do *Ministero della Pubblica Istruzione* e a sua substituição por Pietro Fedele, após uma rápida passagem de Casati pelo ministério. A *politica dei ritocchi*, iniciada por Fedele em 1925, visará inicialmente atender às pressões da pequena e média burguesia, descontente com a severidade e o rigor da escola gentiliana; mas visará, principalmente, atender, naquilo que competia à escola, a proposta mussoliniana de “fascitizar a nação”. A fascistização da escola, que será antecedida pela fascistização das associações de professores, realizar-se-á por meio de uma série de retoques que, sem atingir a Reforma Gentile na sua substância, procurará aproveitar ao máximo o potencial autoritário nela contido.

3. A fascistização das associações do professores

A fascistização das associações de professores realizou-se, rapidamente, entre 1923 e 1925.

Quando o fascismo assumiu o poder, existiam na Itália três grandes associações de professores: a *Unione Magistrale*, de tendência maçônica, o *Sindacato Magistrale*, de obediência socialista, e a associação *Niccolo Tommaseo*, do grupo católico. A essas veio juntar-se, em 1923, a *Corporazione della Scuola*, criada pelos fascistas. Eis como Cremaschi (1952, pp. 164-165) descreve a situação de cada uma delas, no final de 1923:

O *Sindacato Magistrale* estava praticamente impedido de realizar qualquer atividade orgânica, em vista da situação política, da qual ele recebia

todos os contragolpes. A *Tomaseo* tinha obtido mais do que podia esperar no que se refere ao ensino religioso e à valorização da escola particular. A *Corporazione della Scuola* não podia agir a não ser por influência isolada de algumas pessoas. A *Unione Magistrale* estava excluída de todo o contato com o Ministro Gentile, que havia se ofendido com as críticas desta à aposentadoria compulsória dos antigos professores.

A *Unione Magistrale*, depois de fracassar em uma tentativa de estabelecer um pacto com a *Corporazione della Scuola*, realiza, em maio de 1924, aquele que seria seu último congresso. Insistindo sobre a independência da *Unione* com relação aos partidos políticos, os congressistas reafirmam que ela tem “uma razão de ser e o direito de viver” (Cremaschi, 1952, pp. 170-171)¹⁵. Mas a principal associação de professores tem os seus dias contados. Em julho de 1924, Accuzio Sacconi assume a direção da *Corporazione della Scuola* e propõe-se a obter, para sua associação, o monopólio da representação dos professores. Para atingir esse objetivo, por um lado ele exerce pressões, por intermédio do partido, para que o ministro não receba os dirigentes das outras associações e, por outro lado, como nos mostra Ostenc (1980, p. 162), procura provar aos professores que estava pronto a defender seus interesses. Atendendo ao desejo de Sacconi, Fedele recusa-se, em outubro de 1925, a receber os representantes das associações de professores não fascistas. Ao mesmo tempo, começam as pressões sobre os professores para que adiram à corporação fascista e as violências contra a *Unione*. Esta tenta uma solução de última chance, propondo a Mussolini uma fusão entre as duas associações, com a formação de uma federação. Mas a proposta é rejeitada e a *Unione Magistrale* se dissolve, em novembro de 1925¹⁶.

Em dezembro de 1925 será a vez do *Sindicato Magistrale*. Quanto à *Tomaseo*, nem mesmo a intervenção indireta do Vaticano junto a

15. Sobre a reação da *Corporazione della Scuola* às conclusões do congresso da *Unione Magistrale*, ver Sacconi (1924, pp. 505-506).

16. Para Ernesto Codignola, essa dissolução constitui uma grande vitória da *Corporazione della Scuola* (Codignola, 1925a, p. 161).

Mussolini, pelo intermédio do jesuíta Tacchi Venturi, no sentido de que o Duce se empenhasse pessoalmente para garantir a sobrevivência da associação dos professores católicos, foi suficiente para impedir o seu desaparecimento¹⁷.

Assim, em dezembro de 1925, ao realizar o seu Congresso Nacional, a *Corporazione della Scuola* apresenta-se como a única representante de todos os professores¹⁸. O congresso será inaugurado por Mussolini, na presença do secretário do PNF e do ministro Fedele¹⁹. Em seu discurso, o Duce, após manifestar sua alegria de ver reunidos todos os representantes da escola, “do asilo infantil até a universidade”, afirmará:

Um outro motivo de alegria consiste em constatar, através da palavra dos oradores que me precederam e através da vossa manifestação, que a escola italiana tornou-se fascista. [...] Assim sendo - e assim realmente é - o governo exige que a escola inspire-se nos ideais do fascismo, exige não apenas que a escola não seja hostil ao fascismo, mas também que ela não seja estranha ou agnóstica diante dele, exige que toda a escola, em todos os seus graus e em todas as disciplinas eduque a juventude italiana para compreender o fascismo, a renovar-se no fascismo, a viver do clima histórico criado pela revolução fascista.

17. O padre Tecchi Venturi havia enviado, em 21 de dezembro de 1925, uma carta a Mussolini, na qual solicita a intervenção do chefe de governo a favor da associação dos professores católicos, por se tratar de uma associação “que aderira plena e totalmente ao regime” (apud Ambrosili, 1980, pp. 202-203).

18. Ao comentar o congresso, Codignola não esconde o seu entusiasmo: “É a primeira vez na história da Itália moderna que *toda* a escola, sem distinção de interesses e de categorias, reúne-se, *concorde e unânime*, em uma atmosfera de entusiasmo quase religioso, ao redor de seus chefes, que falam, antes e acima de tudo, de deveres e de sacrifícios. É a primeira vez que o Chefe do Estado e os chefes das organizações políticas e sindicais proclamam com sinceridade franca e rude, o *firme propósito* de transformar a escola em um grande anfiteatro da austera disciplina civil e nacional e em um vigoroso organismo propulsor da expansão espiritual do mundo” (Codignola, 1925b, p. 217, grifos do original).

19. Os discursos pronunciados durante o congresso serão publicados na revista *La nuova Scuola Italiana*, ano III, n. 11, 13 de dezembro de 1925, de onde foram extraídas as citações que se seguem.

Accuzio Sacconi, ao apresentar o seu relatório perante os congressistas, renovará seu apoio à Reforma Gentile e explicitará a sua concepção da fascistização da escola:

A Corporazione della Scuola tem o mérito de ter imposto à escola o espírito fascista. A fascistização da escola comporta dois tempos: 1. a reforma e a conseqüente reorganização dos institutos. Esta parte já foi realizada. 2. separação nítida entre o velho e o novo sistema e conseqüente liquidação dos velhos homens. Esta parte está ainda para ser realizada.

E o secretário-geral da *Corporazione della Scuola*, levando ao extremo a exigência de vigilância e intransigência feitas pelo secretário do PNF nessa mesma ocasião, promete proceder a uma depuração radical na escola italiana:

A classe dirigente deve ser fascista, [...] os conselhos escolares deverão ser compostos exclusivamente de fascistas, os diretores gerais nas comunas autônomas serão substituídos por homens nossos, esquadristas autênticos. Não se pode deixar a escola sob a direção de homens que traem o nosso trabalho cotidiano. É necessário recrutar para os postos dirigentes da Administração central e para os estabelecimentos escolares pessoas verdadeiramente idôneas. [...] Procederei com mão firme e a depuração será radical. [...] Um terço dos atuais *provveditori* deverá partir.

Como afirma Ambrosili (1980, p. 205), Sacconi traduzia, em termos coerentes com a vocação totalitária fascista, a relação entre escola e política:

Se na escola se realizava a formação do cidadão, era necessário que o fascismo controlasse integralmente a escola, impondo-lhe a sua ideologia por meio de programas adequados a isto; mas também impondo à escola professores que fossem executores fiéis das decisões tomadas pelo governo fascista e que fossem fiéis intérpretes da ideologia do regime.

Accuzio Sacconi foi aclamado mais uma vez secretário-geral da *Corporazione*. Mas o seu discurso inquieta os moderados do PNF e desagrada ao próprio Mussolini, que não podia aceitar a pretensão de Sacconi de dirigir com “plenos poderes” o movimento corporativo dos professores italianos. Poucos dias depois, durante a discussão parlamentar sobre a nova legislação sindical, o Duce intervém para afirmar que a delicada missão “de modelar o espírito e formar o caráter [...] destacava de tal forma a individualidade do professor que este deveria colocar-se diante do Estado como indivíduo singular e não como grupo ou associação” (apud Ambrosili, 1980, p. 206). Assim, a nova legislação sindical²⁰ incluiu os professores do ensino médio e universitário entre as categorias de funcionários que não poderiam organizar-se em sindicatos ou associações. Quanto aos professores primários, a lei permitia a sua organização em associações de caráter cultural e assistencial. Desse modo, a *Corporazione della Scuola* transforma-se em *Associazione Nazionale degli Insegnanti Fascisti*, com finalidades culturais, assistenciais e políticas, sob a dependência direta do PNF.

Em setembro de 1926, será criada, por decreto do chefe de governo²¹, a *Associazione Nazionale Fascista della Scuola Primaria*, destinada “aos professores e diretores das escolas primárias inscritos no PNF e aos não inscritos que tivessem dado provas de leal adesão ao Regime” (art. 15). A associação, “inspirada nos princípios fundamentais do fascismo”, se propunha a promover a renovação da cultura dos professores “de acordo com o novo conceito da vida, da história e da Nação estabelecido pelo fascismo como baliza para a sua ação e o seu futuro” (art. 4).

Quanto aos professores do ensino médio e superior, o regime não hesitou em utilizar contra eles a repressão direta. Durante o ano de 1926, vários professores universitários antifascistas foram demitidos com base na lei de 24 de dezembro de 1925, que permitia a demissão de qualquer

20. Legge 3 Aprile 1926, n. 563, art. 11. *Gazzetta ufficiale del Regno d'Italia*, n. 87, 1926.

21. Decreto Del Capo del Governo, 17 set. 1926. *Bolletino Ufficiale Del Ministero della Pubblica Istruzione*, n. 40, set. 1926, p. 2.516.

funcionário cujas opiniões não garantissem sua fidelidade ao regime e à política geral do governo. Em janeiro de 1927, uma nova lei permite a demissão de professores em caso de incompatibilidade com as diretrizes políticas do governo, manifestada dentro ou fora da escola. A mesma lei permite o fechamento de universidades ou institutos “quando o ensino neles ministrados não estiver orientado pelos princípios que dirigem a ordem social do Estado”²². Em abril desse mesmo ano, essas disposições são estendidas aos professores de qualquer nível de ensino²³.

4. A fascistização da escola

Como vimos, as tentativas de fascistização do corpo docente fazem parte de um processo mais amplo de fascistização da escola, que se iniciará em 1926 e atingirá seu ponto culminante em 1935, com a *bonifica fascista* de De Vecchi.

A primeira etapa desse processo inicia-se com a introdução obrigatória da saudação fascista na escola²⁴ e estende-se até a declaração do *Gran Consiglio* de novembro de 1927. Ela pode ser caracterizada por aquilo que Segre (1963, p. 324) denominou “fascistização episódica” da escola. Por meio de circulares e de proclamações ministeriais a serem lidas obrigatoriamente em classe, Fedele aproveita todas as ocasiões para fazer os professores falarem do fascismo, para exaltar o Duce e sua obra. Segundo Ostenc (1980, p. 167), para Fedele, “fascistizar a escola significa inocular nela o amor á pátria e a convicção profunda de que a cultura e a educação não devem se limitar à formação do homem universal, mas do cidadão que consagra a totalidade dele mesmo ao bem da Nação e lhe oferece o fruto de sua educação espiritual”. Mas isso não parece su-

22. Regio Decreto Legge, 13 gennaio 1927, n. 38. *Bolletino Ufficiale Del Ministero della Pubblica Istruzione*, n. 5, fev. 1927, p. 533.

23. Régio Decreto Legge, 13 aprile 1927, n. 641. Sobre a repressão aos professores de ensino médio e superior, ver Ostenc (1973).

24. Circolare 2 gennaio 1926, n. 1. *Bolletino Ufficiale Del Ministero della Pubblica Istruzione*, n. 1, jan. 1926, p. 37.

ficiente e, em novembro de 1927, Sammartano (1927, p. 426) afirma que a revolução fascista ainda não havia entrado na escola: estava ainda na soleira da porta. E na mesma ocasião, fazendo um balanço da Reforma Gentile, o *Gran Consiglio del Fascismo* constata que ainda resta muito a fazer para a fascistização da escola (Ostenc, 1980, p. 177).

Em julho de 1928, Mussolini dá ao ministro da Instrução diretrizes precisas para “o aperfeiçoamento da fascistização de todas as escolas, não só em seus programas, mas também nos homens” (Salvatorelli & Mira, 1964, p. 401). Inicia-se, assim, uma segunda etapa na fascistização da escola, que incluirá modificações nos manuais e nos programas e aumento das pressões sobre os professores, especialmente de nível médio e superior. Essas medidas serão facilitadas pela transformação do *Ministero della Pubblica Istruzione* em *Ministero dell’Educazione Nazionale*, em setembro de 1929²⁵, e pela maior presença das organizações de juventude dentro da escola.

Em nível do ensino elementar, “no conjunto, apesar da sobrevivência de alguns professores primários socialistas que não querem se curvar, o corpo docente é favorável ao regime” (Ostenc, 1980, p. 288). A fascistização completa-se pela adoção do livro único e pela modificação dos métodos e programas. Um decreto de março de 1928 proíbe, na escola elementar, o uso de livros de texto que não correspondam “no âmbito dos programas vigentes, às exigências históricas, políticas, jurídicas e econômicas estabelecidas a partir de 28 de outubro de 1922”²⁶. Justificando essa decisão, o ministro da Educação afirmará que os livros de texto em uso, “embora úteis e bons do ponto de vista puramente didático, não atingiam aquela que deveria ser a sua finalidade precípua, ou seja, formar a nova consciência nacional, plasmando o tipo do italiano novo, totalmente dedicado à pátria e consciente dos próprios deveres para com ela”. Assim, segundo o ministro, “a maior parte dos autores de livros

25. Régio Decreto 12 set. 1929, n. 1.661. *Bolletino Ufficiale Del Ministero della Pubblica Istruzione*, n. 40, 1 out. 1929, p. 2.816.

26. Régio Decreto 18 marzo 1928, n. 780. *Bolletino Ufficiale Del Ministero della Pubblica Istruzione*, n. 18, 1 maio 1928, p. 1.569.

de texto não tinha uma visão clara, exata e completa daquilo que era o núcleo central do problema da educação, a saber, desenvolver na criança o senso viril da vida, e limitavam-se a dar ao livro apenas a veste e não a alma fascista” (*Relazione riguardante l'exame e la scelta del libri di testo per lê scuole*, apud Cannistraro, 1975, p. 425).

Em setembro de 1928, a comissão encarregada de examinar os manuais de ensino elementar em função dessa nova exigência afirma não ter encontrado “nenhum livro que correspondesse perfeitamente às finalidades da escola fascista e merecesse uma verdadeira e plena aprovação” (*Relazione...*, 1928, p. 3162). Em vista disso, a comissão manifesta a sua satisfação pela decisão governamental de introduzir, na escola elementar, o livro de texto único, preparado pelo Estado. Em janeiro de 1929, será criada uma comissão para dirigir e coordenar o trabalho de elaboração do texto único do Estado a ser obrigatoriamente adotado por todas as escolas elementares públicas e privadas, a partir de 1930²⁷. Ao inaugurar os trabalhos da comissão, Mussolini afirmará:

O livro de texto do Estado, do Estado fascista, deverá ser uma obra prima didática e técnica; o seu conteúdo deverá educar os adolescentes na nova atmosfera criada pelo fascismo e plasmar neles uma consciência imbuída dos deveres do cidadão fascista [apud Jovine, 1980, p. 311]²⁸.

De acordo com Ricuperati (1977, p. 106), o Estado editou e distribuiu mais de cinco milhões de exemplares do livro de texto único, a partir de 1930. A apresentação era cuidada; quanto ao conteúdo “duas constantes não variarão e representarão sempre mais de 50% do total do texto: a exaltação do fascismo e a exaltação da Igreja”. Segundo Gentili (1979, p. 37),

27. Legge 7 gennaio 1929, n. 5. *Bolletino Ufficiale Del Ministero della Pubblica Istruzione*, n. 4, 22 jan. 1929, p. 226.

28. A respeito das orientações dadas pelo ministro à Comissão, ver *Il Libro único di stato per la scuola elementare. Annali dell'Istruzione Elementare*, anno III, n. 5-6, dez. 1928, pp. 136-139.

os redatores, adaptando-se à orientação da pedagogia italiana da época e dentro dos limites econômicos e técnicos impostos pela editora, visaram, direta ou indiretamente, utilizando tanto o texto como as figuras, de um lado criar um mito em torno da figura e dos atos de Mussolini e, de outro, reforçar os conceitos religiosos, sociais e morais tradicionais, para inculcar nos jovens os valores da ‘religião’ e da ‘pátria’, o respeito à autoridade e aos homens que a detêm, o nacionalismo, o culto da força e do heroísmo, a aceitação da sociedade dividida em classes e, eventualmente, da posição de subordinado como um fato natural na ordem das coisas humanas, em função do bem comum²⁹.

A fascistização da escola elementar completa-se pela deturpação total dos métodos e programas introduzidos por Lombardo-Radice em 1923. Como afirma Ostenc (1980, p. 188), “tudo que devia contribuir para tornar a escola serena será abandonado ou utilizado para fascistizá-la. [...] No plano pedagógico, a reforma de 1923 parece não ser mais que uma distante lembrança”.

A exigência da adequação às orientações do novo regime será estendida aos livros de texto do ensino médio, em janeiro de 1929³⁰. Entretanto, essas medidas não se limitarão aos livros de texto. Em abril de 1934, o ministro da Educação envia aos diretores das escolas uma circular, determinando que fosse feita uma revisão na biblioteca escolar e fosse eliminada toda publicação que não estivesse “em completa harmonia com as exigências espirituais da atual vida nacional” ou que pudesse “oferecer aos jovens idéias confusas ou sugestões prejudiciais à sua educação fascista”. Das bibliotecas deveriam ser excluídas

todas as obras nas quais os personagens e os acontecimentos da Revolução fascista, os princípios nos quais esta se inspirou e aplicou à sua legislação, as instituições que criou, os problemas que resolveu fossem apresentados com

29. Quanto à reação dos professores e alunos ao novo livro de texto, ver Cremaschi (1952, p. 189).

30. Circolare 19 gennaio 1929, n. 22. *Bolletino Ufficiale Del Ministero della Pubblica Istruzione*, n. 5, 22 jan. 1929, p. 426.

reservas mais ou menos abertas ou debaixo da luz de velhas verdades políticas que o fascismo condenou ou superou³¹.

Mas os esforços de fascistização das escolas médias e da universidade concentrar-se-ão, principalmente, no corpo docente. Em março de 1930, o *Gran Consiglio* decide aumentar as pressões sobre os professores: “daí em diante, ninguém poderá tornar-se professor se não for um confirmado fascista; os reitores das universidades, os decanos das faculdades, os provedores e diretores dos estabelecimentos de nível médio devem ser escolhidos entre os professores inscritos no partido há cinco anos no mínimo” (Ostenc, 1980, p. 293). Em 1931, a *Associazione Nazionale degli Insegnanti Fascisti* transforma-se em *Associazione Fascista della Scuola* (AFS). Congregando professores de todos os níveis de ensino, a AFS é colocada na dependência direta do secretário do PNF. Em agosto de 1931, exige-se dos professores universitários um juramento de fidelidade ao regime fascista, sob pena de perderem a cátedra³². Dos 1.250 professores universitários, apenas 12 recusaram-se e foram demitidos.

Segundo Ostenc (1980, p. 299), esse juramento foi inútil, não constituindo uma demonstração de adesão da universidade ao regime:

sob a aparência fascista, a escola continua a funcionar e, em geral, ela funciona bem. É verdade, o regime manifesta sua presença pelas contínuas intervenções [...] Contudo, a escola não é fascista por causa disso. [...] Se se descontam as concessões ao triunfalismo do regime, aliás sem grande significação diante da atmosfera geral da época, deve-se admitir que os esforços do ativismo fascista não podem prevalecer, na escola italiana, sobre o movimento cultural tradicional.

31. Circolare n. 19, 5 aprile 1934. *Bolletino Ufficiale Del Ministero dell'Educazione Nazionale*, n. 16, 17 abr. 1934, p. 661. A organização das bibliotecas populares e escolares será regulamentada pela Circolare n. 55 de novembro de 1934. *Bolletino Ufficiale Del Ministero dell'Educazione Nazionale*, n. 46, 6 de nov. 1934, p. 2.509.

32. Régio Decreto 28 agosto 1931, n. 1.227, art. 18. *Bolletino Ufficiale Del Ministero dell'Educazione Nazionale*, n. 41, out. 1931, p. 2.509.

5. A militarização da escola e as leis racistas de 1938

Em 1933, Mussolini, consciente que a escola, sobretudo média e superior, não está ainda penetrada da “alma fascista”, decide concentrar os esforços do regime nessa direção. Em agosto de 1933, diante de um grupo de professores, ele dirá: “A escola deve ser sempre mais fascista. Não se deve crer que impomos a seu ensino uma linha demasiado fascista. A escola não será nunca suficientemente fascista. Quando se trata de fascismo, eu amo os excessos” (apud Goy, 1937, pp. 15-17).

No mês seguinte, diante do *Consiglio Superior dell'Educazione Nazionale* ele insiste que a escola deve ser profundamente fascista “não somente na forma, mas sobretudo no espírito” (Ostenc, 1980, p. 331). Ora, especialmente nesse momento, em que se iniciam os preparativos para a campanha da Etiópia, “espírito fascista” significa “espírito guerreiro”³³. Será esse espírito, do qual já estavam imbuídas as organizações de juventude, que Mussolini procurará impor à escola, introduzindo cursos de cultura militar no ensino médio e superior e nomeando para o Ministério da Educação um “esquadrista” e antigo comandante-geral da Milícia, o *quadriunvir* Cesare De Vecchi.

Em setembro de 1934, Mussolini apresentará ao conselho de ministros seu projeto de preparação militar da nação, que será transformado em lei em dezembro do mesmo ano³⁴. Com base no princípio de que “as funções de cidadão e de soldado são inseparáveis no Estado fascista”, a preparação militar será considerada “parte integrante da educação nacional”. Iniciada “a partir do momento em que a criança estiver em condições de aprender”, ela deve continuar “enquanto o cidadão estiver em condições de empunhar armas para a defesa da pátria”. A preparação militar propriamente dita, iniciada pela instrução pré-militar, a ser realizada no quadro das organizações da juventude, deverá ser completada

33. Sobre a campanha da Etiópia, ver Rochat (1971).

34. Legge 31 dicembre 1934, n. 2.150. *Bolletino Ufficiale Del Ministero dell'Educazione Nazionale*, n. 6, 5 fev. 1935, p. 347.

pelo ensino da cultura militar, a ser ministrado em todas as escolas de nível médio e superior.

O programa dos cursos de cultura militar será estabelecido em dezembro de 1934³⁵. Para os alunos das escolas médias inferiores, noções elementares de cultura militar, comuns aos graduados das Forças Armadas; para os alunos do liceu, os conhecimentos indispensáveis aos futuros oficiais. Aos alunos do ensino superior seriam ministrados os conhecimentos necessários àqueles que futuramente iriam exercer funções de comando.

O novo papel confiado à escola será comentado pelo ministro da Educação, em outubro de 1934. Segundo o ministro, com a introdução da cultura militar

elimina-se toda separação entre vida civil e vida militar; são demolidas as barreiras existentes entre as instituições civis e as instituições militares; opera-se uma íntima fusão entre as beneméritas Organizações juvenis, as gloriosas Forças Armadas e a Escola; a educação militar, assumindo um altíssimo valor moral, torna-se um elemento substancial da educação geral; e à Escola, principalmente, cabe a honrosa e lisonjeira missão da formação do italiano novo, do Cidadão Soldado³⁶.

E o ministro conclui:

A Escola, potente expressão da revolução fascista, a Escola, primeira e grande oficina do Regime, na qual se forja e se tempera o cidadão novo desejado pelo Duce, não pode não compreender a grande importância da missão que lhe foi dada, e não sentir-se orgulhosa de cumprí-la dignamente.

Mas para que a escola assumisse realmente essa missão, era necessário alguém capaz de comportar-se como “camisa negra” no Ministério-

35. Legge 31 dicembre 1934, n. 2.152. *Bolletino Ufficiale Del Ministero dell'Educazione Nazionale*, n. 6, 5 fev. 1935, p. 352.

36. Circolare 29 ottobre 1934, n. 52. *Bolletino Ufficiale Del Ministero dell'Educazione Nazionale*, n. 44, 30 out. 1934, p. 2.450.

rio. Assim, em janeiro de 1935, Mussolini nomeará para o Ministério da Educação Nacional o conde Cesare Maria De Vecchi. Saudado pela imprensa educacional fascista como alguém capaz de “transformar a escola em uma espada temperada e afiada à disposição do Duce para o cumprimento dos seus grandes desígnios”³⁷, De Vecchi realizará em dois anos uma reforma administrativa radical, que ficará conhecida por *bonifica scolastica*. Visando sujeitar totalmente a escola, ele “suprime praticamente todas as leis, avocando para si plenos poderes” (Cremaschi, 1952, p. 193). Em setembro de 1935, serão abolidas todas as disposições legislativas relacionadas com os poderes e as funções dos *provveditori*, determinando-se que “os poderes e as funções relacionados com o governo do ensino elementar incumbem exclusivamente ao Ministro da Educação Nacional”. A partir de então, todas as decisões dos *provveditori* são tomadas “em nome do Ministro”, que pode, a qualquer momento, modificá-las ou anulá-las³⁸. Em abril de 1936, considerando a “necessidade urgente e absoluta” de uniformizar os programas da escola elementar e média, o governo decretará: “as matérias de ensino, os exercícios práticos, os programas e os horários para todas as escolas primárias e médias de todas as ordens e graus são estabelecidos por decretos reais, por proposta do ministro da Educação Nacional”³⁹. De Vecchi assumirá, também, o poder de nomear, transferir e punir diretores e professores do ensino médio, sem possibilidade de recurso⁴⁰. O tempo destinado aos

37. Ver, por exemplo, o editorial da revista *Scuola e Cultura*, ano XI, n. 1, jan./fev. 1935.

38. Régio Decreto Legge 26 settembre 1935, n. 1.866. *Bolletino Ufficiale Del Ministero dell'Educazione Nazionale*, out. 1935, p. 2971. A aplicação desse decreto será regulamentada por uma circular de dezembro de 1935, na qual De Vecchi afirma que, a partir dele, “o Ministro torna-se a única fonte de toda atividade e o sujeito de todo poder discrecional. [...] Os funcionários permanecem, mesmo com relação às atividades a eles delegadas, subordinados hierarquicamente ao Ministro, atuando a vontade dele, nunca a própria vontade” (Circolare 14 dicembre 1935, n. 1, *Bolletino Ufficiale Del Ministero dell'Educazione Nazionale*, n. 1, 7 jan. 1936, p. 33).

39. Régio Decreto Legge 10 aprile 1936, n. 634. *Bolletino Ufficiale Del Ministero dell'Educazione Nazionale*, n. 19, 12 maio 1936, p. 492.

40. Régio Decreto 2 settembre 1935, n. 1.845, art. 2. *Bolletino Ufficiale Del Ministero dell'Educazione Nazionale*, n. 45, 5 nov. 1935, p. 2961.

cursos de cultura militar e às atividades das organizações de juventude será ampliado, em detrimento de outras matérias⁴¹. Os livros de texto para o ensino médio passarão por nova revisão, feita por uma comissão nomeada pelo ministro⁴². Quanto ao ensino superior, desaparece o que restava de autonomia universitária. De Vecchi assume o poder de criar e suprimir faculdades, escolas e cursos universitários, reagrupar as faculdades e escolas em institutos, escolher e transferir os professores e estabelecer a lista das matérias fundamentais de cada curso⁴³. Em junho de 1935, todas as universidades públicas passarão para a dependência direta do Estado⁴⁴ e o *Consiglio Superiore dell'Educazione Nazionale* perderá todas as suas funções deliberativas, passando a ser um órgão puramente consultivo, devendo pronunciar-se apenas sobre as questões que o ministro decidir submeter ao seu exame⁴⁵.

Apesar dos protestos causados por essas medidas e pelas atitudes arrogantes de De Vecchi à frente do Ministério da Educação Nacional, ele permanecerá no cargo até final de 1936. Como afirma Gentili (1979, p. 2),

Às vésperas da guerra da África, no momento em que era necessário prevenir e controlar toda divergência que pudesse manifestar-se na escola ou entre os intelectuais, a presença no Ministério da Educação Nacional de um homem “duro” e ideologicamente intransigente como De Vecchi tinha um significado preciso. Mas, uma vez realizado o seu papel, ingrato embora funcional para o Regime, era necessário pensar em sua substituição.

41. Régio Decreto 7 maggio 1936, n. 762. *Bolletino Ufficiale Del Ministero dell'Educazione Nazionale*, n. 19, 12 maio 1936 (suplemento).

42. Régio Decreto 2 settembre 1935, n. 1.845, art. 7. *Bolletino Ufficiale Del Ministero dell'Educazione Nazionale*, n. 45, 5 nov. 1935, p. 2.961.

43. Legge 13 giugno 1935, n. 1.100. *Bolletino Ufficiale Del Ministero dell'Educazione Nazionale*, n. 29, 16 jul. 1935, p. 2.408.

44. Régio Decreto 20 giugno 1935, n. 1.071. *Bolletino Ufficiale Del Ministero dell'Educazione Nazionale*, n. 29, 16 jul. 1935, p. 2.023.

45. Régio Decreto Legge 20 giugno 1935, n. 1.070. *Bolletino Ufficiale Del Ministero dell'Educazione Nazionale*, n. 29, 16 jul. 1935, p. 2.020.

Em novembro de 1936, De Vecchi deixará o ministério. Para substituí-lo será nomeado Giuseppe Bottai, autor da *Carta del Lavoro*, considerado “o maior expoente do corporativismo fascista” (Borghi, 1974, p. 298).

Mesmo mantendo a concepção totalitária e centralizadora própria ao regime, Bottai procurará reduzir o excesso de centralização imposto por De Vecchi. Os poderes delegados aos *provveditori* provinciais serão ampliados⁴⁶ e as atribuições do Ministério da Educação Nacional serão mais bem definidas⁴⁷. Mas ao mesmo tempo será ampliado o controle estatal sobre as escolas médias particulares, pela criação do *Ente Nazionale Istruzione Media* (ENIM), com a finalidade de “administrar escolas médias por delegação do Estado e impor uma fundamental unidade didática, educativa e política aos institutos particulares de ensino médio”. A partir desse momento, só seriam reconhecidas as escolas particulares que oferecessem “garantia segura de realizar as suas atividades em total correspondência com as exigências do Estado fascista”⁴⁸.

A concepção militarista da escola será, também, mantida por Bottai e a escola será convocada para seguir a palavra de ordem do Duce e “elevar-se ao nível do Império”⁴⁹. Mas os programas de cultura militar serão reformulados no sentido de acentuar a sua função “educativa” de “aumentar, reforçar e tornar consciente nos jovens o espírito militar”. Paralelamente à instrução pré-militar desenvolvida nas organizações de juventude, a escola civil, “harmonizando as disciplinas literárias, históricas, artísticas e científicas com as disciplinas militares”, deveria visar principalmente à formação do “caráter” entendido como “o conjunto de qualidades intelectuais e físicas e principalmente morais que

46. Decreto Ministeriale 16 dicembre 1936. *Bolletino Ufficiale Del Ministero dell'Educazione Nazionale*, n. 5, 2 fev. 1937, p. 226.

47. Régio Decreto 5 novembre 1937, n. 2.031. *Bolletino Ufficiale Del Ministero dell'Educazione Nazionale*, n. 52, 28 dez. 1937, p. 3.128.

48. Régio Decreto Legge 3 giugno 1938, n. 928, Art. 1 e Art. 15. *Gazzetta ufficiale del Regno d'Italia* n. 155, 1938. A respeito do ENIM ver Belardinelli (1938, p. 283).

49. Circolare 30 Novembre 1936, n. 23. *Bolletino Ufficiale Del Ministero dell'Educazione Nazionale*, n. 48, 1 dez. 1936, p. 1.364.

são o fundamento da eficiência dos quadros das Forças Armadas”⁵⁰. Conseqüentemente, o tempo destinado ao ensino de cultura militar, propriamente dito, será reduzido e o Ministério da Educação passará a ter maior influência nessa matéria⁵¹.

Mas a passagem de Bottai pelo ministério será marcada sobretudo pelas medidas racistas aplicadas à escola e pela publicação da *Carta della Scuola*.

Drásticas medidas “em defesa da raça” foram adotadas pelo regime fascista, a partir de 1938. A escola colocou-se “na vanguarda” da aplicação dessas medidas: os professores judeus foram demitidos de suas funções, os livros de autores judeus foram proibidos nas escolas e os alunos judeus excluídos das escolas públicas e particulares de qualquer nível, freqüentadas pelos italianos, sendo previstas a instalação de escolas elementares especiais para as crianças judias⁵². Bottai (1939, pp. 209-210) defenderá essas medidas, em outubro de 1938:

Em 1938, conquista e proclamação do Império. A escola sente a formidável sacudidela; e prescreve a si mesmo a fórmula mussoliniana: *sul piano dell’Impero*. Mas 1938 fez amadurecer dois fatos que são conseqüências necessárias do Império: o primado da Itália na Europa; o racismo italiano. [...] A escola deve ser levada, verdadeiramente levada à frente da nova batalha com todas as suas forças orientadas para o sucesso. É uma batalha de cultura e de civilização. [...] A escola italiana para os italianos, dizemos. Os judeus terão, no âmbito do Estado, a sua escola; os italianos, a deles. Isto é tudo.

As medidas racistas serão apoiadas pela imprensa fascista. Para Maggiore (1938, p. 386), “livrar a escola dos judeus significa italianizar

50. Régio Decreto 23 settembre 1937, n. 1.711. *Bolletino Ufficiale Del Ministero dell’Educazione Nazionale*, n. 42, 19 out. 1937, p. 2.668.

51. Régio Decreto Legge 8 luglio 1937, n. 1.541. *Bolletino Ufficiale Del Ministero dell’Educazione Nazionale*, n. 39, 28 set. 1937, p. 2.518.

52. Régio Decreto Legge 5 settembre 1938, n. 1390. *Gazzetta ufficiale del Regno d’Italia*, n. 209, 1938; Régio Decreto Legge 15 novembre 1938, n. 1.779. *Gazzetta ufficiale del Regno d’Italia*, n. 272, 1938.

a escola”. Por isso, a prioridade dada à escola na aplicação da política racial não é casual. Em editorial de setembro de 1938, *Critica Fascista* defenderá uma escola cem por cento italiana:

Na escola forma-se a personalidade do homem; por isso a depuração deve começar pela escola. Se desejamos italianos cem por cento devemos formá-los como tal; assim, devemos ter uma escola que seja cem por cento italiana, isto é, italiana no seu ensino, nos livros, nos alunos. Italiana em todos os seus graus⁵³.

Não faltarão tentativas de criação de uma “pedagogia racista”, pedagogia “centrada não no indivíduo – que nunca é encontrado em estado puro na natureza – mas na raça” (Cottone, 1939, p. 35). Não faltarão também as sugestões para o estabelecimento de “meios e formas de enraizar na criança o orgulho e a altivez da própria raça” (Padellaro, 1938)⁵⁴.

Mas as medidas racistas suscitam uma vaga de indignação no povo italiano e causam desgosto e irritação entre os professores e estudantes, principalmente no meio universitário. Como afirma Ostenc (1980, p. 360):

O racismo anti-semita fracassa, pois, na tentativa de enxertar na cultura universitária italiana um novo humanismo fundado não somente no voluntarismo de uma educação ‘heróica’ e guerreira, mas também na exaltação da raça

53. “Primo: la scuola”. *Critica Fascista*, anno XVI, n. 22, 15 sept., 1938, p. 338.

54. Eis o “método” apresentado por Nazareno Padellaro para convencer a criança de sua superioridade racial: “Se, por exemplo, devo fazer os alunos compreenderem que os povos de cor pertencem a uma raça inferior, não devo multiplicar os enunciados, mas colocar-me no ponto de vista da criança. [...] Se um dia vejo uma criança incapaz de sair do impasse na análise lógica ou noto nela uma maneira confusa de agir, ou a vejo paralizada diante de um fato novo e digo-lhe: ‘Você é um negro hoje’, certamente lançarei nela o germe de um julgamento que criará nela o sentimento de superioridade diante da raça de cor, superioridade que não é desprezo, mas justa valorização. [...] Da raça de cor tiro os elementos para fazê-la compreender o problema judeu. Aqui bastará anunciar esse axioma: ‘Os judeus pertencem a uma outra raça’. A criança, que compreendeu a forma de diferenciação da raça negra, através das características exteriores, se convencerá que, mesmo não visíveis, devem existir características diferentes entre a raça ariana e a raça judia” (Padellaro, 1938, pp. 390-392).

italiana. A reação humanitária do povo italiano, apiedando-se e se indignando diante da injustiça e da brutalidade estúpida das disposições anti-semitas, é a prova evidente que, apesar dos esforços do regime, os italianos se recusam a endurecer na direção esperada pelo fascismo.

Mas o regime continua forte e politicamente todo-poderoso e alimenta ambições ainda maiores:

O “manifesto da raça” se insere num contexto mais amplo e pretende contribuir para a elaboração de uma nova civilização. Esta quer se construir em proveito do “homem de Mussolini” e cultivar os valores de um novo humanismo [...]. Nada é mais significativo a esse respeito que a Carta da Escola [Ostenc, 1980, p. 360].

6. A Carta da Escola

Logo após ter sido nomeado para o Ministério da Educação Nacional, Bottai recebeu de Mussolini a tarefa de estudar e realizar a unificação, em uma escola média única, das três classes do ginásio, do instituto técnico e da Escola Normal (Bottai, 1939, p. XIV). Mas o novo ministro estava consciente que a crise da escola não se resolveria por meio de novos retoques e propõe ao Duce a aprovação de uma *Carta della Scuola*, isto é, “de um documento programático que contivesse todos os princípios pedagógicos do regime e constituísse a base de toda futura legislação” (Gentili, 1979, p. 14). Bottai, que estava convencido da existência de uma tradição “cartista” italiana, pretendia assim “juntar à ‘sua’ *Carta del Lavoro* uma ‘sua’ *Carta della Scuola*, destinada a colocar os fundamentos, respectivamente, do Estado Corporativo e da educação fascista” (Gentili, 1979, p. 14).

A *Carta della Scuola*, elaborada por Bottai e aprovada pelo *Gran Consiglio del Fascismo* em fevereiro de 1939⁵⁵, divide-se em duas par-

55. Carta della Scuola. *Bolletino Ufficiale Del Ministero dell’Educazione Nazionale*, n. 13, 28 mar. 1939, p. 801. As citações que se seguem são tiradas desse documento.

tes. A primeira apresenta os princípios, os fins e os métodos da escola fascista; a segunda traça as grandes linhas da nova organização a ser dada à escola.

Agindo no quadro da “unidade moral, política e econômica da Nação italiana, que se realiza integralmente no Estado Fascista”, a escola, que constitui “o primeiro fundamento da solidariedade de todas as forças sociais, da família às Corporações e ao Partido”, tem por função formar “a consciência humana e política das novas gerações”. A escola fascista realiza essa função por meio do estudo e do trabalho. Pelo estudo, ela desenvolve as bases “de uma cultura do povo, inspirada nos valores eternos da raça italiana e de sua civilização”; pelo trabalho, ela insere esses valores nas “atividades concretas dos ofícios, das artes, das profissões, da ciência, das armas”. O estudo visa a “formação moral e intelectual dos jovens” bem como “a sua preparação política e guerreira”. O trabalho, que deve fazer parte do programa de todas as escolas, associa-se ao estudo com a finalidade de “educar a consciência social e produtiva própria da ordem corporativa”. Escola e família, atuando em uma “comunhão de intenções e de métodos”, dirigem “a força da infância e da adolescência no caminho da religião dos pais e dos destinos da Itália”.

Mas a escola não é a única instância educativa no Estado fascista. Escola e organizações da juventude formam juntas “um instrumento unitário de educação fascista”. Por meio dele, o cidadão, desde a primeira idade até os 21 anos, cumpre o seu “serviço escolar”_obrigatório, concretizando, assim, o princípio que “na ordem fascista, idade escolar e idade política coincidem”. A família participa também da vida da escola e colabora com ela na educação e orientação dos alunos.

Na segunda parte, a *Carta della Scuola* fixa a nova estrutura da escola italiana, em seus diferentes níveis e graus e apresenta as características e finalidades próprias de cada um deles. A XXV Declaração resume o caminho seguido pelo aluno no sistema:

Da escola materna passa-se à escola elementar e, em seguida, à escola do trabalho. Esta dá acesso à escola artesanal para aqueles que não pretendem prosseguir os estudos no nível médio; à escola profissional e desta à escola

técnica para aqueles que não pretendem continuar os estudos no nível superior e, finalmente, através de um exame de admissão, à escola média. Desta se ascende, por meio de um exame de admissão, a todas as escolas de nível superior. Os formados nas escolas de nível superior passam, ou diretamente ou por meio de um exame, para as faculdades de nível universitário.

A escola italiana estrutura-se, assim, em quatro níveis: elementar, médio, superior e universitário.

No nível elementar, a escola maternal, de dois anos, “disciplina e educa as primeiras manifestações da inteligência e do caráter”; a escola elementar, de três anos, com programas e métodos distintos para a zona urbana e a zona rural, “dá uma primeira formação concreta do caráter”; a escola do trabalho, de dois anos, “suscita, com atividades práticas organicamente inseridas nos programas de estudo, o gosto, o interesse e a consciência do trabalho manual”; a escola artesanal, de três anos, educa às tradições de trabalho da família italiana”. O trabalho ultrapassa nela a fase didática e assume a forma de “trabalho produtivo”.

No nível médio, a escola de três anos, comum a todos que pretendem prosseguir os estudos de nível superior, “dá aos jovens de 11 a 14 anos os primeiros fundamentos da cultura humanística”; a escola profissional, na qual o trabalho, cientificamente organizado, ocupa uma posição preponderante, destina-se aos jovens de 11 a 14 anos “que pretendem preparar-se para as exigências do trabalho próprio aos grandes centros”; a escola técnica, de dois anos, continua a escola profissional “preparando, especialmente, para os empregos menores e o trabalho especializado nas grandes empresas industriais, comerciais e agrícolas”.

No nível superior, o *liceo classico*, de cinco anos, “integrando o ensino da língua e da literatura antigas àquele da língua e literatura modernas, perpetua e reaviva a alta tradição humanística”; o *liceo scientifico*, de cinco anos, “associa tradições clássicas e valores da vida atual na formação de um humanismo moderno”; o *istituto magistrale*, de cinco anos, de caráter ao mesmo tempo humanístico e profissional, “prepara à educação da criança”; o instituto técnico comercial, de cinco anos, “cuida da preparação do jovem para os empregos na administração

pública e privada”; os institutos profissionais, de quatro anos, “cuidam da preparação dos jovens para o exercício prático das profissões de perito agrário, perito industrial, agrimensor e náutico”.

Ainda em nível superior, o *Istituto Femminile* e o *Magistero Femminile* eram destinados a receber as jovens saídas da escola média “preparando-as espiritualmente para o governo da casa e o ensino maternal”.

Finalmente, em nível universitário, a universidade “com a finalidade de promover em um nível de alta responsabilidade política e moral o progresso da ciência e fornecer a cultura científica necessária para o exercício dos ofícios e profissões”.

Como se pode ver, embora afirmando que “o acesso aos estudos e o seu prosseguimento são regulados exclusivamente pelos critérios de capacidade e aptidão”, a *Carta della Scuola* mantém e amplifica o caráter seletivo da escola fascista. A escolha da carreira é feita após a escola do trabalho, isto é, aos 11 anos, por critérios estritamente econômicos. Aliás, o próprio ministro havia justificado isso, afirmando “ser ilusório pensar que a luta no campo da escola deve realizar-se em igualdade de condições entre os alunos das diferentes classes sociais” (Bottai apud Jovine, 1980, p. 369). Segundo Bottai (1939, p. 34), uma escola igual para todos até os 14 anos seria demagógica, além de ser “fomentadora de ambições, criadora de uma massa de desocupados e descontentes, fator constante de desordem e de perturbação na vida econômica e social do país”. Como solução, a *Carta della Scuola* propõe a criação dos *Collegi di Stato*, internatos gratuitos, “cuidadosamente organizados em um estilo militar e fascista”, destinados a receber os melhores alunos das escolas artesanais e profissionais e oferecer-lhes um curso de integração que lhes possibilitasse ascender aos cursos superiores, inclusive universitários. Dessa forma, segundo Bottai (1939, p. 34), “o povo estaria em condições de ser representado, através de seus melhores, nas classes dirigentes do país”. Segundo Ostenc (1980, p. 352), tratava-se de um “paliativo”. Mas, muito mais que um paliativo, tratava-se de uma armadilha:

Os poucos membros da classe trabalhadora admitidos nos *Collegi di Stato* seriam mantidos debaixo de uma estreita vigilância estatal, seriam educados

no espírito da autoridade e da obediência e, ao mesmo tempo em que seriam transformados em cães policiais do fascismo, dariam a este condições de afirmar que todos os estratos do povo italiano eram chamados a participar da nova classe dirigente no Estado Corporativo [Borghi, 1974, p. 305].

A Carta della Scuola será muito bem recebida nos meios fascistas.

Um concerto de louvores acolhe a *Carta della Scuola*. [...] Todos se esforçam em demonstrar que a Carta da Escola não corrige, mas substitui uma reforma Gentile completamente ultrapassada, ligada a uma sociedade liberal e burguesa, feita para educar o cidadão e não o fascista, fundada sobre o saber mais que sobre a fé política e formulada antes que a organização corporativa, o Império e o partido abrissem novos horizontes educativos [Ostenc, 1980, pp. 354-355]⁵⁶.

Nos meios católicos, embora a atitude oficial da Igreja fosse de “uma prudente adesão” (Ostenc, 1980, p. 355), a imprensa católica manifestava sua satisfação pela importância atribuída, na *Carta della Scuola*, à família, pela manutenção da orientação humanística na educação destinada à formação das “personalidades dirigentes”, pela manutenção do latim na escola média e pela clara manifestação do desejo de estabelecer uma educação distinta para a mulher (Gentili, 1979, pp. 76-83).

Em fevereiro de 1939, Bottai exigirá a adesão dos professores aos novos princípios estabelecidos pela carta, destinada a operar “uma renovação radical da escola fascista nos seus sistemas didáticos, nos seus métodos, na sua estrutura, no seu estilo”⁵⁷.

Entretanto, esta “renovação radical” previsão de Bottai não se concretizará. A única concretização da *Carta della Scuola* será a escola média

56. São muitos os artigos elogiosos à *Carta della Scuola* na imprensa pedagógica fascista. Ver, por exemplo, La Carta della Scuola e la sua etica. *Critica Fascista*, anno XVII, n. 9, mar. 1939, pp. 130-131, e Padellaro (1939, pp. 5-11).

57. Circolare 16 febbraio 1939, n. 5, *Bolletino Ufficiale Del Ministero dell'Educazione Nazionale*, n. 8, 21 fev. 1939, p. 425.

única, regulamentada por um decreto de julho de 1940⁵⁸. Todo o restante ficará na carta e será abafado pela guerra. Em julho de 1943, uma circular de Leonardo Severi, ministro da Educação do Governo Badoglio, abolirá a carta, iniciando, assim, o processo de desfascistização da escola, que se acentuará, a partir de 1945, pela atuação da Subcomissão de Educação do Governo Militar Aliado, dirigida por C. W. Washburne⁵⁹. E, sintomaticamente, *I Diritti della Scuola*, no seu primeiro número após a queda de Mussolini, reclamará um “retorno” à Lombardo-Radice! (Masselli, 1943, pp. 403-404).

Bibliografia

1. Fontes primárias utilizadas

1.1) Publicações oficiais

Annali della pubblica istruzione: 1. Scuola elementare. A. 1, n. 1/2 (giu. 1924)-A. 2, n. 6 (mag. 1927). Milano, 1924-1927.

Annali dell'istruzione elementare: rassegna bimestrale della Direzione generale per l'istruzione elementare. A. 3, n. 1 (gen./feb. 1928)-a. 15, n. 6 (ago. 1940). Roma: Libreria del littorio, 1928-1940.

Annali dell'ordine elementare: rassegna bimestrale della Direzione generale per l'ordine elementare. A. 16, n. 1 (ott. 1940)-a. 18, n. 5 (giu. 1943). Firenze: F. Le Monnier, 1940-1943.

Annali della pubblica istruzione: 2. Istituti medi e superiori. A. 1, n. 1 (10 ago. 1924)-n. 6 (5 lug. 1926). Milano: Mondadori, 1924-1926.

Annali della istruzione media. A. 2, n. 1 (25 ago. 1926)-a. 8, n. 3-4 (mag./lug. 1932). Firenze: F. Le Monnier, 1926-1932.

58. Legge 1 luglio 1940, n. 889. *Gazzetta ufficiale del Regno d'Italia*, n. 173, 1940.

59. Washburne era professor do Brooklin College de Nova York. Deweyniano, tornou-se conhecido pela experiência de ensino individualizado por ele desenvolvida em Winnetka. Sobre a atuação da Subcomissão de Educação do Governo Militar Aliado, ver Jovine (1980, pp. 398-404), Tomasi (1976, p. 14) e Washburne (1970).

Scuola e cultura: annali dell'istruzione media. A. 8, n.5-6 (1932)-a. 19, n. 6 (giu.1943). Firenze: Le Monnier, 1932-1943.

Bollettino ufficiale del Ministero dell'istruzione pubblica. A. 49, n. 1 (gen. 1922)- a. 50, v. 2, n. 59 (31 dic. 1923). Roma: Tipografia di E. Sinimberghi, 1892-1923.

Bollettino ufficiale/Ministero della pubblica istruzione. 1, Leggi, regolamenti e disposizioni generali. A. 52, n. 1 (6 gen. 1925)-a. 56, n. 53 (31 dic. 1929). Roma: Libreria dello Stato, 1925-1929.

Bollettino ufficiale/Ministero della educazione nazionale. 1, Leggi, regolamenti e altre disposizioni. A. 57, n. 1 (7 gen. 1930)- a. 71 (mar. 1944). Roma: Libreria dello Stato, s.d.

Bollettino ufficiale. 2, Atti di amministrazione/Ministero della Pubblica istruzione A. 51, n. 1/2 (3-10 gen. 1924)-a. 56, n. 37 (1929). Roma: Libreria dello Stato, 1924-1929.

Bollettino ufficiale/Ministero dell'educazione nazionale. 2, Atti di amministrazione A. 56, v. 2, n. 38 (19 set. 1929)-a. 71, n.1/13 (6 gen./30 mar 1944). Roma: Libreria dello Stato, 1929-1944.

Gazzetta ufficiale del Regno d'Italia. Parte prima. A. 64, n. 154 (luglio 1923)-a. 86, n. 133-7 (giugno 1946). Roma: Istituto Poligrafico dello Stato, 1923-1946.

1.2) Periódicos

Bollettino della scuola/Associazione fascista della scuola. A. 1, n. 1 (21 apr. 1931)- a. 1, n. 4 (dic. 1931). Roma: s.ed., 1931. La scuola fascista: settimanale di politica scolastica. -a. 7, n. 14 (1931); n.s.: 1 (1932)-4 (1935). Roma: s.ed.

La Civiltà Cattolica. pubblicazione periodica per tutta l'Italia. A. 73(1922)- a. 96 (1945). Roma: Ufficio della civiltà cattolica, 1922-1945.

Critica fascista: rivista quindicinale del fascismo diretta da G. Bottai e da G. Cassini. A. 1 (1923)-a. 21 (1943). Roma: s. ed.

Civiltà moderna: rassegna bimestrale di critica storica, letteraria, filosofica. Diretta da E. Codignola. A. 1, n. 1 (15 giu. 1929)-a. 15, n. 3-4 (mag./ago. 1943). Firenze: Vallecchi, 1929-1943.

La nuova politica liberale: rivista bimestrale di studi politici. A. 1, n. 1 (gen. 1923)-a. 2, n. 5-6 (nov. 1924). Roma: s.ed., 1923-1924.

L'educazione politica: rivista mensile di studi politici. Organo dell'Istituto Nazionale Fascista di cultura A. 3, n. 1 (mar. 1925)-a. 4, fasc. 11-12 (dic. 1926). Roma: De Alberti, 1925-1926.

Educazione fascista: rivista mensile di cultura politica/Istituto nazionale fascista di cultura. Diretta da G. Gentile. A. 5, n. 1 (gen. 1927)-a. 11, fasc. 12 (dic. 1933). Roma: C. De Alberti.

Civiltà fascista: rivista mensile A. 1, fasc. 1 (gen. 1934)- a. 10, n. 1-8 (1942-1943). Firenze: Le Monnier.

L'educazione Nazionale: Organo di studio dell'educazione nuova/diretta da G. Lombardo-Radice. A. 1, n. 1 (15 mag. 1919)-a. 15 (mar. 1933). Roma: Soc. Tip. Italiana, [1919]-1933.

Gerarchia: rivista política (rassegna mensile della rivoluzione fascista). Diretta da B. Mussolini. A. 1, n. 1 (gen. 1922)-a. 22, n. 7 (lug. 1943). Milano: s.ed., 1922-1943.

Gioventù fascista. A. 1, n. 1 (23 mar. 1931)-a. 7, n. 177 (30 dic. 1937). Roma: Istituto Poligrafico dello Stato, 1931-1936.

Libro e moschetto: giornale delle organizzazioni giovanili del P.N.F./Gioventù fascista. A. 11(1937)-a. 14, n. 23 (set. XVII), 1939. Roma: Istituto Poligrafico dello Stato, -1939.

Passo romano: giornale della Gioventù italiana del littorio (GIL). a. 15, n. 1 (28 ott. 1939)-a. 15, n. 18 (giugno 1940). Milano: anonima periodici italiani.

I diritti della scuola: rivista quindicinale della scuola e dei maestri. A. 39 (1937/38)- a. 44 (1943/43). Roma: s.ed.

La nuova scuola italiana: rivista magistrale settimanale. A. 1, n. 1 (15 set. 1923)- a. 17/18 (1937/1938). Firenze: A. Vallecchi, 1923-1938.

Levana: rassegna trimestrale di filosofia dell'educazione e di politica scolastica. Diretta da E. Codignola. A. 1, n. 1 (gen. 1922)-a. 7, n. 5-6 (set./dic. 1928). Firenze: Vallecchi, 1922-1928.

Primato educativo: rivista bimestrale di pedagogia. Diretta da Nazareno Padellaro. A. 1, n. 1 (mar. 1934)-a. VI, n. 3-4 (mars/avril, 1939). Roma/Firenze: Sansoni, 1934-1939.

Rivista pedagógica. A. 15 (1922)- a. 32 (1939). Roma: s.ed.

La rivoluzione liberale: rivista storica settimanale di política. A. 1, n. 1 (feb. 1922)-a. 4, n. 37 (18 ott. 1925). Torino: Energie nuove, 1922-1925.

2) Referências bibliográficas

AMBROSILI, L. *Libertá e religione nella Riforma Gentile*. Firenze: Vallecchi Editore, 1980.

BELARDINELLI, L. Ente Nazionale Istruzione Media. *Scuola e Cultura*, anno XIV, n. 3-5, p. 283-285, 1938.

BELLUCCI, M.; CILIBERTO, M. *La Scuola e la pedagogia del fascismo*. Torino: Loescher Editore, 1978.

BOBBIO, N. La cultura e il fascismo. In: QUAZZA, G. (org.). *Fascismo e società italiana*. Torino: Einaudi, 1973. p. 209-246.

BORGHI, L. *Educazione e autorità nell'Italia moderna*. Firenze: La Nuova Italia Editrice, 1974.

BOTTAI, G. *La Carta della scuola*. Milano: Mondatori 1939.

CANNISTRARO, P. *La Fabbrica del consenso: fascismo e mass media*. Bari: Laterza, 1975.

CARTA della Scuola e la sua etica (La). *Critica Fascista*, anno XVII, n. 9, p. 130-131, 1939.

CODIGNOLA, E. Una grande vittoria. *La Nuova Scuola Italiana*, anno III, n. 10, p. 161, 1925a.

_____. Il significato storico di un Congresso. *La Nuova Scuola Italiana*, anno III, n. 11, p. 217, 1925b.

COTTONE, C. Pedagogia razzista. *Primato Educativo*, anno VI, n. 1-2, p. 33-38, 1939.

CREMASCHI, L. *Cinquant'anni di battaglie scolastiche*. Roma: Ed. I Diritti della Scuola, 1952.

FERRIÈRE, A. *L'Aube de l'école sereine em Italie*. Paris: J. Crémieu, 1927.

_____. *Trois pionniers de l'éducation nouvelle*. Paris: Ernest Flammarion Editeur, 1928.

GENTILI, R. *Giuseppe Bottai e la riforma fascista della scuola*. Firenze: La Nuova Italia Editrice, 1979.

GOY, H. *La Politique scolaire de la nouvelle Italie*. Paris: Librairie Pierre Roger, 1926.

_____. *L'école fasciste. L'encyclopédie française*, v. XV, p. 15.14-7-15.14-13, 1937.

HORTA, J. S. B. *A mobilização da juventude na Itália (1922-1945), em Portugal (1946-1974) e no Brasil (1937-1945)*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004, Curitiba. *Anais...* S.l.: Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004. p. 1-12. 1. CD-ROM.

_____. *A educação na Itália fascista: a Reforma Gentile (1922-1923)*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiânia. *Anais...* S.l.: Congresso Brasileiro de História da Educação: a educação e seus sujeitos na história. 2006. v. 1. p. 1-10. 1. CD-ROM.

JOVINE, D. B. *La Scuola italiana dal 1870 ai giorni nostri*. Roma: Riuniti, 1980.

LIBRO unico di stato per la scuola elementare (II). *Annali dell'Istruzione Elementare*, anno III, n. 5-6, p. 136-139, 1928.

MAGGIORE, G. La scuola agli italiani. *Critica Fascista*, anno XVI, n. 23, p. 356-358, 1938.

MASSELLI, V. Tornare a Lombardo-Radice. *I Diritti della Scuola*, anno 44, 1942/1943, p. 403-404, 1943.

MILZA, P.; BERSTEIN, S. *Le Fascisme italien 1919-1945*. Paris: Seuil, 1980.

OSTENC, M. Uma tappa della fascistizzazione: la scuola e la politica dal 1925 al 1928. *Storia Contemporanea*, anno IV, n. 3, p. 481-506, 1973.

_____. *L'éducation en Italie pendant le fascisme*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1980.

PADELLARO, N. Mezzi e forme per radicare nei fanciullo l'orgoglio e la fierezza della propria razza. *Primato Educativo*, anno V, n. 9-10, p. 390-392, 1938.

_____. La Carta della Scuola. *Primato Educativo*, anno VI, n. 1-2, p. 5-11, 1939.

RELAZIONE della Commissione per l'esame dei Libro de Testo da adottarsi nelle scuole elementari e ne corsi integrativi di avviamento professionale. *Bolletino Ufficiale del Ministero della Pubblica Istruzione*, n. 38, p. 3.162, 1928.

RICUPERATI, G. La Scuola nell'Italia unita. *Storia d'Italia*, Torino: Einaudi, v. 5, I Documenti-2, p. 1.695-1.722, 1973.

_____. Scuola e politica nel periodo fascista. In: QUAZZA, G. (org.). *Scuola e politica dall'unità ad oggi*. Torino: Stampatori, 1977. p. 77-110.

ROCHAT, G. *Militari e politici nelle preparazione della campagna d'Etiopia*. Milano: F. Angeli, 1971.

SACCONI, A. Il Congresso dell'Unione Magistrale Nazionale. *La Nuova Scuola Italiana*, anno I, n. 39, p. 505-506, 1924.

SALVATORELLI, L.; MIRA, G. *Storia d'Italia nel periodo fascista*. Torino: Einaudi, 1964.

SAMMARTANO, N. Il Fascismo e la scuola. *Critica Fascista*, anno V, n. 22, p. 425-426, 1927.

SEGRE, U. La Scuola durante il periodo fascista. In: _____. *Fascismo e antifascismo (1918-1936)*. Lezione e testimonianze. Milano: Feltrinelli, 1963. p. 322-327.

TOMASI, T. *La Scuola Italiana dalla dittatura alla repubblica*. Roma: Riuniti, 1976.

WASHBURNE, C. La riorganizzazione dell'istruzione in Italia. *Scuola e Città*, p. 273-277, 1970.

Endereço para correspondência:

José Silvério Baia Horta

Rua 2, casa 2, Conjunto Jardim Primavera 1, quadra 1

Parque 10 de Novembro – Manaus-AM

CEP 69054-230

E-mail: silveriohorta@ufam.edu.br

Recebido em: 9 out. 2007

Aprovado em: 18 fev. 2008